



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

Reitora

MARGARETH DE FÁTIMA FORMIGA MELO DINIZ

Vice-reitor

EDUARDO RAMALHO RABENHORST



EDITORA UNIVERSITÁRIA

Diretora

IZABEL FRANÇA DE LIMA

Vice-diretor

JOSÉ AUGUSTO DOS SANTOS FILHO

Supervisor de editoração

ALMIR CORREIA DE VASCONCELLOS JUNIOR

Capa

ANDERSON TAVARES PIRES

I61

Intermitências da crise e questão social: uma interpretação marxista / Maria Augusta Tavares, Cláudia Gomes (Organizadoras).- João Pessoa: Editora da UFPB, 2013. 332p.

ISBN: 978-85-237-0713-2

1. Marxismo. 2. Economia política. 3. Trabalho informal. 4. Políticas sociais. 5. Capitalismo. I. Tavares, Maria Augusta. II. Gomes, Cláudia.

UFPB/BC

CDU: 330.85

Direitos desta edição reservados à:
EDITORA UNIVERSITÁRIA/UFPB
Caixa Postal 5081 – Cidade Universitária – João Pessoa – Paraíba – Brasil
CEP 58.051-970

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

Foi feito o depósito legal

Maria Augusta Tavares
Cláudia Gomes
(Organizadoras)

**INTERMITÊNCIAS DA CRISE E
QUESTÃO SOCIAL:
uma interpretação marxista**

Editora da UFPB
João Pessoa
2013

Imigração, racismo e antirracismo na Europa de hoje

Pietro Basso¹
(traduzido por Patricia Villen)

Começamos por uma notícia que deu a volta no mundo. Oslo, capital da Noruega, uma (suposta) ilha feliz do Velho Continente. É dia 22 de julho de 2011. Depois de explodir uma bomba no centro da cidade, o “fundamentalista cristão” Anders Behring Breivik desloca-se à ilha de Utoya e, vestido de guarda policial, metralha a sangue frio dezenas e dezenas de jovens social-democratas reunidos para um congresso. Após dois dias, ao juiz que lhe pergunta a razão do massacre de 76 pessoas, depois de autodeclarar-se inocente, responde: “era uma

¹ Professor de Teoria Sociológica e também Diretor do *Master sull'immigrazione* na Universidade Ca'Foscari de Veneza. Suas últimas publicações são: *Tempi moderni, orari antichi: L'orario di lavoro a fine secolo*. Milani: Angeli, 1998; *Razze Schiave e Razze Signore (I): Vecchi e nuovi razzismi*. Milano: Angeli, 2000 (1ª Reedição em 2005). Junto a Fabio Perocco publicou *Immigrazione e trasformazione della società*. Milano: Franco Angeli, 2001 e *Gli immigrati in Europa: Disegualianze, razzismo, lotte*. Milano: Angeli, 2003 (1ª Reedição em 2005). O autor também publicou *Razzismo di Stato: Stati Uniti, Europa, Itália*. Milano: Angeli, 2010.

matança *necessária*, queria dar um forte sinal para a salvação da Europa contra a invasão muçulmana”. Uma “invasão” que ele imputa ao “marxismo cultural”, ao qual, num manifesto político de 1.500 páginas, declara guerra. No entanto, não uma guerra simulada; uma guerra real, duradoura, voltada a impedir “a colonização da Europa” pelo Islã e a desenraizar do território europeu o multiculturalismo.

Deveria ser óbvio que estamos em face de um *crime político de fundo racial*. Todavia, ao comentar a chacina, a “grande mídia” europeia concentrou-se largamente nas características psicológicas do autor, descrito como complexado, frustrado, desequilibrado, psicótico, louco, *serial killer*, ilógico, fanático, monstro, criminoso, lobo solitário, enquanto empurrava para o segundo plano sua ideologia, sua filiação política e seu “programa de ação”; um programa para o restabelecimento do “poder ariano”, comum a uma série de partidos e movimentos muito ativos, hoje, na Europa. Um escritor norueguês, Thomas Enger, chegou até a afirmar que “não devemos considerar o gesto de Breivik um ato político”, mas sim um ato de “pura malvadeza, encoberta pela retórica de um louco”. Já o intelectual de esquerda italiano, Cláudio Magris, não se envergonhou em assegurar que Breivik lembra mais Landru – o *serial killer* parisiense que, no início do século XX, matou e queimou onze mulheres abastadas para extorquir-lhes a herança – do que os militantes da ultradireita racista, por conseguinte “seria infame usá-lo para jogar na lama qualquer movimento político que seja”. É inútil também dizer que os comentaristas da imprensa conservadora, ligados à cultura de Breivik e embaraçados por tal ligação, não perderam a oportunidade para despistar o público, ressaltando o “mistério da natureza humana” ou o ainda mais radical “mistério do mal”.

A ascensão do racismo de Estado

O que há, portanto, por trás da chacina de Oslo: uma imprevisível incursão de loucura ou insondáveis mistérios? Somente uma enorme hipocrisia pode engendrar tentativas semelhantes de ocultar o estado das coisas. O massacre de Oslo é, na verdade, a *ponta do iceberg*, e o iceberg constitui-se pela *ascensão do racismo em curso na Europa*, do extremo norte ao extremo sul, do extremo oeste ao extremo leste.

Quase sempre, esse agravamento do racismo (contra os imigrantes e os povos “não brancos”²) é descrito como um processo que vem “de baixo” para o “alto”, das classes trabalhadoras para as *elites* econômicas e políticas que dominam a sociedade europeia. A minha opinião é completamente diferente. No meu modo de ver, o *primeiro* proponente³ do *reavivamento* do racismo em vigor na Europa é, na verdade, o racismo *institucional*. E seus *primeiros* protagonistas são os próprios Estados, os governos, os parlamentos: com suas legislações especiais e seus discursos públicos *contra os imigrantes*; com sua práxis administrativa discriminatória e arbitrária, que torna amarga a existência dos imigrantes e legitima a superexploração brutal

2 A expressão original do autor “di colori” foi traduzida como “não brancos”, uma vez que remete criticamente ao fator étnico-racial como elemento base de funcionamento do mercado de trabalho e, no geral, das sociedades. Nesse sentido, a expressão não se limita aos negros, mas abrange também, por exemplo, latinos, indianos, enfim, trabalhadores de origem não europeia, portanto não branca. (N. T.)

3 Primeiro não quer dizer, é claro, único. São de fato três as fábricas e ciclos contínuos de venenos racistas: o mercado, o Estado e a indústria da mídia de massa, anel de junção entre as necessidades cogentes do mercado global, dos Estados Nações e a dita opinião pública. Neste ensaio, a atenção se concentra na ação dos Estados.

do seu trabalho; com a seleção, de fundo racial, entre nacionalidades “boas” e nacionalidades perigosas, entre imigrantes “desejáveis” e indesejáveis; com as obsessivas operações policiais anti-imigrantes e a multiplicação de campos de detenção, dentro e fora dos confins da Europa. Estejamos conscientes ou não, os tipos *à la* Breivik não são outra coisa senão a manipulação de baixo nível de tais aparatos, mesmo se, aos olhos deles, as instituições europeias pareçam forças inimigas, já que muito permissivas para com os imigrantes.

Esse reavivamento do racismo institucional europeu – falo de reavivamento porque é um fenômeno recorrente na história europeia – toca incessantemente alguns *temas-chaves* ligados entre si: o Islã (o Islã, os islâmicos), o povo roma⁴, os imigrantes “clandestinos”, os refugiados. Cada um desses contribui, a seu modo, para justificar a *hierarquia racial-nacional* existente no mercado de trabalho europeu (onde a força de trabalho imigrante quase nunca está em condições de paridade em relação à força de trabalho autóctone) e nas sociedades europeias, além de colocar na sombra as populações imigrantes, criando um *fosso* e um *falso antagonismo* entre imigrantes e autóctones, em especial entre trabalhadores imigrantes e trabalhadores autóctones, que, a despeito disso, permanecem ligados por um destino comum.

A campanha islamofóbica dá destaque, em modo *hard* ou *soft* – a diferença é exclusivamente de tons e de tática – à seguinte tese (que, afinal de contas, é a mesma tese de fundo de Breivik): os imigrantes “islâmicos” estão praticando uma agressão aos nossos territórios, à nossa vida cotidiana, à nossa cultura, contra a qual devemos nos

⁴ Também chamados ciganos. (N.T.)

defender, se não quisermos que as nossas sociedades se desnaturalizem, percam sua identidade e seus valores. As teclas sobre as quais a música de Estado bateu e bate ainda sem trégua são o “terrorismo”, o integralismo, a opressão da mulher, apresentados quase como se fossem um patrimônio genético dos muçulmanos. Pessoas que são representadas de modo caricatural, inferiorizante, demonizante, por serem fanaticamente absorvidas, desde sempre e para sempre, *em sua totalidade*, por religiões obscurantistas, retrógradas, puritanas, não liberais e, concomitantemente, dispostas a qualquer gênero de violência, sob qualquer latitude, para afirmar a própria “visão de mundo”. Com efeito, para naturalizar o fanatismo e a agressividade delas, qualquer medida preventiva, seja de tipo ideológico ou prático, nunca será demais, pelo interesse da integridade das populações europeias, mas também da civilização dos próprios islâmicos (entende-se, aqui, na medida em que isso é possível). O emblema dessa *kulturkampf* anti-islâmica, que glorifica de modo bastante cômico a “civilização ocidental”, justamente no bojo da sua decadência, foi a pantomima das leis europeias nos últimos anos contra a *burca*, aprovadas na França, na Bélgica, na Itália. Falo de pantomima porque os supostos “libertadores” das mulheres muçulmanas são os Estados herdeiros do colonialismo histórico que tanto fizeram sofrer, em todo lugar e a todo tempo, as mulheres árabes e “islâmicas”; aqueles mesmos Estados que através da ONU, FMI, OTAN continuam até agora a atormentar-lhes com embargos, planos de reestruturação de débito e guerras infinitas; e que, mesmo nas campanhas contra a *burca*, não conseguem esconder o *mix* de paternalismo, racismo e sexismo que os caracteriza. Não obstante, a insistência metódica com a qual se difunde certa imagem (falsificadora)

dos imigrantes dos países árabes e “islâmicos” serve para socializar a ideia de que estes pertencem a uma “civilização”, a um mundo de qualidade *inferior* em relação àquele europeu; logo, é justo que não tenham os mesmos direitos dos europeus, como é igualmente justo que sejam mantidos sob uma rígida vigilância.

As campanhas contra o povo roma e os “clandestinos” dão destaque, de modo ainda mais direto e imediato, à invocação de medidas de ordem pública contra todos que, vindos “de fora” do nosso território, atentam contra nossa “segurança”. Na Europa, a criminalização e a perseguição do povo roma tornaram-se, nos últimos anos, atuais e disseminadas: nos países do Leste, onde servem de bode expiatório aos enormes desconfortos materiais, sociais e psíquicos provindos do advento da era neoliberal; nos países da Europa ocidental, além desse mesmo motivo, também por servirem de instrumento útil a desclassificar as populações do Leste (apresentadas como parentes próximos do povo roma); e tanto nos países do Leste quanto naqueles da Europa ocidental, para *criminalizar a pobreza*, aquela pobreza que a globalização financeira e a crise estão fazendo crescer aos olhos de todos, mesmo na opulenta Europa. Justamente pelas miseráveis condições de exclusão social às quais foram submetidos por séculos de discriminações e de *pogrom*, nenhum grupo de imigrantes é mais adequado do que o povo roma para justificar a adoção da política de *tolerância-zero* contra eles e, em geral, contra toda população imigrante.

No mesmo sentido, também aparece a representação do imigrante clandestino como uma espécie de monstro criminoso e produtor de crime, capaz de todo tráfico ilícito e todo delito, um monstro parido em sociedades-monstro e culturas-monstro,

obviamente fora dos recintos do Éden europeu. Essa figura de horror (totalmente imaginária) foi cuidadosamente construída, nas últimas duas décadas, para colocar em cena aquela “guerra à clandestinidade” que serviu, única e exclusivamente, para encher a Europa de campos, centros de “recepção”, de permanência temporária, de identificação e expulsão, e a tornar comum – tanto para os imigrantes quanto para os próprios autóctones – as medidas de exceção.

Como já é sabido, nenhum imigrado ou imigrada *escolhe* estar sem documentos, visto que tal condição constitui uma desvantagem em todos os aspectos: material, social, psicológico, existencial. São, na realidade, as legislações restritivas aos movimentos migratórios que produzem “irregularidade” em ciclo continuado. Essa irregularidade é muito propícia às empresas por permitir-lhes ter contingentes de trabalhadores à vontade (na Europa, hoje, são cerca de dez milhões), *obrigados* a vender-se a baixo preço e a fornecer-lhes lucros exorbitantes, enquanto se encontram exatamente na condição de irregularidade *forçada*. A propaganda e a ação institucional anticlandestinos oculta e *inverte* essa realidade, imputando-a àqueles que dela são vítimas.

Por fim, a difamação pública dos solicitantes de asilo como pessoas que querem viver nas “nossas costas”, aproveitando da “nossa generosidade”, um refrão que, da Grã-Bretanha e da França se estendeu à Alemanha e aos países do sul da Europa, serviu para limitar drasticamente o número de solicitações de asilo admitidas e provocou, sempre com maior frequência, a criação de bolsões de marginalidade, administrados com métodos que lembram os carcerários. Assim, esses homens e mulheres “de segunda classe”, estigmatizados ante a opinião

pública como “proveitadores”, vêm sendo usados cinicamente pelos poderes públicos como a prova viva da periculosidade e da indesejabilidade dos imigrantes (em geral).

O reavivamento do racismo institucional do qual estamos falando tomou consistência gradativamente durante os anos 80 e 90, e depois conheceu um *salto de qualidade* no início do século XXI: nos Estados Unidos, depois do 11 de setembro de 2001; na Europa, no período imediatamente posterior. Na Europa, mais do que um salto de qualidade vindo num momento único, houve uma *escalada*⁵ com a adoção de políticas migratórias sempre mais discriminatórias, seletivas, repressivas. Não se trata tanto de políticas contra a imigração quanto de políticas *contra os imigrantes*, uma vez que não visam ao bloco total da imigração, o que teria efeitos desastrosos para a Europa, mas sim a criar e consolidar uma massa de trabalhadores de “série B”, “série C”, “série D”... Para dizê-lo com uma fórmula, sua finalidade fundamental não é nenhuma imigração, é a *imigração sem nenhum direito*.

O ponto de chegada (provisório) de tais políticas é o relançamento da retórica identitária nacionalista, ocidentalista, branca, que, de um lado, apresenta as populações imigrantes como provenientes de países privados, total ou parcialmente, de “civilização” e, do outro, pretende delas o total desenraizamento das próprias “raízes” nacionais e culturais e a completa *identificação*,

⁵ Refere-se ao percurso realizado na Itália, desde a lei Turco-Napolitano até a Bossi-Fini, e com “pacote segurança”; ou na França, com as repetidas mudanças (pelo menos, cinco vezes nos últimos oito anos) na legislação sobre a imigração no sentido restritivo e repressivo, mesmo período no qual o ministro da imigração se tornou ministro da “identidade nacional”.

até mesmo a conjugação amorosa (escreveu Zizek), com o país que teve a “magnanimidade” de acolhê-las como hóspedes e que, sob data marcada e rigorosíssimas condições, pode até admiti-las na suprema (e vazia, Sayad ensina) honra da cidadania. Com as chamadas institucionais aos *core values* europeus, à *britishness*, à *identité française*, às “*carte dei valori*” italiana, suíça etc., e às posturas “identidades” territoriais locais, chegamos assim, na Europa, a um só passo do formal e definitivo repúdio ao brandíssimo multiculturalismo até aqui experimentado. Isso foi afirmado, em última instância, até mesmo pela prudente chanceler Merkel: na Alemanha (na Europa), disse, o multiculturalismo foi à falência. De sua parte, desde tempos atrás, o primeiro ministro italiano Berlusconi tinha assegurado que “A Itália nunca seria um país multiétnico”.

Estou exagerando?

Leve em consideração, então, o que aconteceu na Europa nas duas ou três semanas seguintes ao horrendo massacre de Oslo. Depois de dias e dias de solenes execrações institucionais acerca do indivíduo Breivik e também – porém com mais esperteza – das suas ideias sobre o Islã e os imigrantes islâmicos (ou sobre os imigrantes...) que “abastardam” a Europa, eis que, na fronteira setentrional da Alemanha, o governo dinamarquês decide erguer, em medida de urgência, um *muro anti-imigrantes*, que será efetivamente concluído até o final do ano. O muro, composto por instalações e implantações de controle fronteiriço, servirá, explicou o governo dinamarquês, para fazer com que “menos criminosos europeus do leste, menos bandos e máfias organizadas, menos contrabandistas cheguem em casa” (no início de 2011, o governo grego decidiu erguer um muro análogo, de

arame farpado e de placas, nos confins com a Turquia, com 206 km de comprimento, protegido por helicópteros e meios blindados).

Por sua vez, a França e a Espanha decidiram adotar medidas restritivas urgentes em matéria de imigração. Ainda no começo de agosto de 2011, o governo Sarkozy reduziu à metade a lista das atividades laborais autorizadas aos imigrantes extraeuropeus que têm direito ao visto de permanência regular, enquanto o governo Zapatero reintroduziu a obrigação da autorização de trabalho para os romenos, que são cidadãos da União Europeia, logo comunitários. E ambas as medidas, observou Diana Dinu, uma representante do mundo da imigração na Espanha, parecem querer atribuir aos imigrantes, no caso espanhol aos trabalhadores romenos, a responsabilidade pelo crescimento do desemprego e da precariedade nesses países.

Deslocando-se mais ao leste, constatamos que, na Eslováquia, o partido do governo “Liberdade e Solidariedade” apresentou, na primeira quinzena de agosto (2011), um projeto de lei para favorecer a esterilização das mulheres pobres, ou seja, das mulheres romas – até o momento, trata-se de esterilização voluntária, mas não deixa de entrar em pauta, mais uma vez “por cima”, pelas instituições estatais, uma política dos “tempos mais sombrios” da Europa. Além disso, na confinante Hungria, já são discutidas propostas de lei que preveem a implantação de “campos de acolhimento” para desempregados ou “elementos insociáveis” (isto é: para os Roma e para os mais pobres) e os esquadrões da Guardiã húngara são deixados livres para fazer a caça aos Roma...

Descendo ainda mais ao sul, entre a Itália e a África, em 4 de agosto foi registrado ao longo da ilha de Lampedusa a enésima

matança no mar de uma centena de emigrantes africanos, exatamente numa zona de mar presidida pelas forças da OTAN, que estão bombardeando a Líbia. Nasceu um “vai e vem” de responsabilidades entre o comando da OTAN e o governo italiano sobre quem deveria ter socorrido o barco dos emigrantes e (intencionalmente) não o fez, apesar dos repetidos S.O.S enviados pelos náufragos. Na realidade, nem um nem outro, o que confirma pela enésima vez, como ressaltam os pesquisadores do Migreurop, o fato da Europa estar conduzindo uma verdadeira *guerra* contra os emigrantes africanos, que são na maioria “islâmicos”.

Nem mesmo os cidadãos europeus de “série A”, uma vez imigrantes, foram poupados. Na segunda quinzena de agosto (2011), o Tribunal Distrital de Lugano, na Suíça, declarou legítimo um manifesto da União Democrática de Centro, do Canton Ticino (o principal partido no governo do país), no qual 45.000 trabalhadores italianos pendulares, que todos os dias vão trabalhar na Suíça, estão representados como ratos, ao lado dos imigrantes “clandestinos” de outras nacionalidades e dos criminosos corriqueiros, que se empanturram de *emental* (um famoso queijo suíço). Segundo o tribunal suíço, tal manifesto (intitulado “Bala i ratt”, isto é: os ratos dançam) “não acarreta nenhum dano comprovado aos italianos fronteiriços”.

Os acontecimentos acima citados ocorreram entre 4 e 21 de agosto, nas três-quatro semanas seguintes à chacina de Oslo. E, agrade ou não agrade, demonstram que, do extremo norte ao extremo sul da Europa, as políticas e a práxis de Estado *contra os imigrantes*, “islâmicos” ou quem quer que sejam, não conheceram sequer uma

mínima pausa. Nem mesmo por um provisório “período de luto”. Pelo contrário, foram escritos novos capítulos de uma longa história feita de discriminações e violências institucionais contra as populações imigrantes.

As causas (muito brevemente)

A que é devida essa ascensão do racismo institucional no Velho Continente?

Uma explicação que quisesse ser completa deveria necessariamente começar por mostrar que, na Europa, o racismo institucional, longe de ser uma novidade, é uma presença constante há séculos, desde quando a Europa moderna iniciou a colonização do mundo extraeuropeu. Uma presença (uma doença crônica) que periodicamente se agrava periodicamente em circunstâncias históricas mais dramáticas. Tendo em vista que um estudo desse tipo seria impossível no âmbito deste artigo, pois teríamos de revisitar a história do colonialismo, me limitarei a indicar quais são, em minha opinião, os fatores causais *mais imediatos* e próximos do reacender-se do racismo europeu nos nossos dias.

O primeiro a que devemos nos referir é a mundialização neoliberal e seu catastrófico desfecho, naquela que vem se configurando como a maior crise da história do capitalismo. Por mais que possa parecer inacreditável aos simples mortais, o que essa crise colocou em evidência foi que para o frenético e tardio capitalismo global, “afrito” por um excesso de máquinas em relação à quantidade de trabalho vivo empregada, o trabalho vivo custa

muito, tem muitos direitos, muita rigidez, muitas garantias, muito poder de interdição, um excessivo reconhecimento social. E deve ser reconduzido à “razão”. À *razão do lucro*. Se necessário, com curas químicas especiais, do tipo daquelas oferecidas em Bagdá e em Gaza, quando se trata de pessoas “não brancas” particularmente arreadas; ou, caso contrário, com “pacíficas” medidas de “austeridade”, quais sejam aquelas brutalmente impostas no último ano aos trabalhadores gregos, irlandeses, portugueses, espanhóis, italianos. De modo que, para o sucesso de tais terapias de choque, nada é tão útil quanto a volta à cena de doutrinas, estereótipos, práxis racistas, já experimentados pelo colonialismo histórico: nada é tão útil quanto a divisão organizada, a concorrência assídua e, mais ainda, o *choque* aberto de trabalhadores de diversas “raças” e nacionalidades.

O sonho dos poderes europeus constituídos não é o de voltar atrás, supondo absurdamente que isso fosse possível a nações “eticamente” homogêneas, com a expulsão em massa dos imigrantes. Para as empresas e os Estados europeus, tal perspectiva seria um *pesadelo*, devido à crescente contribuição que as imigrantes e os imigrantes dão *enquanto trabalhadores* à produção agrícola e manufatureira, e aos serviços substitutivos do *welfare* prestados às pessoas, e devido à contribuição que os imigrantes dão *enquanto reprodutores da vida* ao crescimento demográfico das nações europeias. O sonho dos poderes constituídos europeus é poder dispor de modo ilimitado, mutante com o mudar das conjunturas, de uma enorme quantidade de *gastarbeiter*, *guestworkers*, trabalhadores temporariamente hóspedes: uma força de trabalho *just in time*, vinculada, sem nenhuma liberdade de circulação, sem nenhum direito

permanente, sem sindicato, sem família. E de poder empurrar, o quanto possível, também os imigrantes mais antigos a uma condição de mera, *nua* força de trabalho.

Para que esse sonho possa tornar-se realidade, é necessária uma ação institucional de 360° destinada a *precarizar* ao máximo possível a existência dos trabalhadores imigrantes e, concomitantemente, a *inferiorizá-los* no plano jurídico e simbólico, seja diante de si mesmos, seja diante das populações e dos trabalhadores autóctones. Necessariamente, essa ação dirige-se, em maior medida, contra os núcleos mais numerosos e organizados da imigração, que são, na Europa, os imigrantes dos países árabes e “islâmicos” (e nos Estados Unidos, os latinos). Mas, por meio da especial demonização das nacionalidades mais indesejáveis (o meio), o que os Estados, os governos, os parlamentos têm em vista é o *inteiro* mundo da imigração, aí incluídas as nacionalidades “boas”, ou melhor: o *inteiro* mundo do trabalho, a *desvalorização* de toda força de trabalho, sem olhar as diferenças nacionais (o fim)⁶, que também se esforçam para manter em pé, tornando mais difícil a unidade da classe trabalhadora. Eis uma questão, do meu ponto de vista, fundamental: as políticas migratórias, por mais que se dirijam formalmente a uma só parte do mundo do trabalho, não são políticas *setoriais*; são, de fato, parte integrante das políticas *gerais* com as quais os Estados e os mercados definem a modalidade do uso e da exploração do trabalho, exatamente *em geral*, isto é, na sua totalidade. Logo, visto que o

⁶ Desenvolvi esse tema em P. Basso (Org.), *Razzismo di stato*. Stati Uniti, Europa, Italia, Milano, Angeli, 2011, nas páginas 10-14, 46-58, 607-615. Retomei e reelaborei, aqui, algumas partes dos meus ensaios contidos nesse volume.

mercado de trabalho é *um sistema de vasos comunicantes*, essas políticas produzem gradualmente seus efeitos, além dos imigrantes, sobre *tudo* o proletariado, inclusive o proletariado europeu d.o.c.⁷ E ainda, produzem seus efeitos *sobre a inteira vida social*, mesmo fora do mundo do trabalho assalariado.

Além da desvalorização da força de trabalho, a ação específica que os poderes institucionais europeus desenvolvem, para e contra as populações imigrantes, resulta útil também para afastar de si, e da economia de mercado enquanto tal, a responsabilidade de ter causado uma crise de efeitos tão devastadores para os trabalhadores. Como? Através, repito, da *criminalização da pobreza*, ou seja, da culpabilização daquela parte do mundo do trabalho que não consegue e não conseguirá no futuro, por causa da crise, fugir da pobreza. Aqueles que, por razões históricas ou contingentes, foram empurrados para a margem do mercado de trabalho vêm sendo acusados de não contribuir com o desenvolvimento da economia e de querer viver às custas da sociedade. Logo, se as coisas na Europa vão mal para os trabalhadores autóctones, a culpa não é das leis do sistema capitalista, é dos imigrantes marginalizados e aspirantes a serem mantidos, e é com eles que se deve implicar.

Além disso, a forte centralização do poder real nas mãos das maiores instituições financeiras (ao velho e ao novo estilo) advinda no trintenário neoliberal e o decorrente crescimento exponencial das desigualdades sociais e de poder tiveram como consequência a

⁷ Denominação de origem controlada. Essa sigla é utilizada para o controle de qualidade de produtos.
(N. T.)

modificação, em profundidade, do funcionamento das democracias europeias, assim como viera se configurando no pós-Segunda Guerra, em especial depois do ciclo de lutas operárias e populares iniciadas em 1968. Esse processo, generalizado em todo o Ocidente, é denominado de diversos modos: esvaziamento das democracias, pós-democracia, democracia autoritária, fascismo democrático etc. Mas seja qual for a fórmula mais adequada, a substância e a dinâmica das transformações em vigor são claras: trata-se de uma forte acentuação das tarefas *repressivas e de controle* pelos aparatos estatais sobre suas respectivas populações, desenvolvidas sob o comando sempre mais rigoroso e reaproximado do mercado mundial (ou seja: dos bancos, das bolsas, dos poderosos do capital financeiro).

Assim sendo, as políticas migratórias repressivas do último decênio (ou dos últimos dois decênios) tiveram um papel essencial no preparo da estrada para essa centralização do poder e para esse reforço dos aparatos e dos métodos de repressão e controle geral das populações trabalhadoras. Essa espécie de emergência permanente – colocada em vigor na Europa para defesa do risco de uma “invasão” dos imigrantes do Leste e do Sul (é, mais uma vez, um tema agradável a Breivik, mesmo se ele o declina *quase* só contra os imigrantes “islâmicos”) – introduziu na *normal* cotidianidade democrática europeia uma série de medidas militares, policiais e administrativas que antes seriam consideradas ou de estado de exceção ou simplesmente inimagináveis. Cito um exemplo típico: com a difusão em todo o território europeu de campos destinados aos “clandestinos” ou aos solicitantes de asilo, cada vez mais empurrados às margens da vida social, realiza-se uma banalização da violência institucional ou

privada que, além de legitimar formas de um verdadeiro *apartheid* para os imigrantes, promove e normaliza um “modelo de sociedade” no qual as medidas penais especiais, os métodos policiais, a delação dos “suspeitos”, a criação de lugares privados de qualquer forma de direito, tornam-se aceitáveis e até indispensáveis.

A ascensão do racismo institucional contra as populações imigrantes traz consigo, além de uma nova exasperação dos nacionalismos chauvinistas, um futuro aperto autoritário do Estado sobre a sociedade *em geral*, autóctones incluídos. Pense-se, por exemplo, nas decisões do governo Cameron ou da magistratura britânica contra os jovens envolvidos nos recentes *riots* de Londres e de outras cidades inglesas: não só a condenação a mais de seis meses de prisão pelo simples furto de uma garrafa de água ou um jornal, ou há quatro anos pela mera incitação à revolta via *web*; não só verdadeiras batidas de massa, com mais de 1.600 detidos; mas também a “incrível” modificação do princípio da responsabilidade penal pela responsabilidade pessoal, com alguns *Councils* que, na onda da pressão do governo, estão expulsando das casas populares as famílias dos jovens que participaram da revolta e estão planejando cortar os subsídios aos pobres. Aquilo que, até ontem, parecia possível de ser feito apenas aos “párias” imigrantes, hoje, torna-se “tranquilamente” possível *também para os cidadãos autóctones de série A*, em particular – vale dizer – se são filhos, netos ou bisnetos de imigrantes.

Não se trata, contudo, apenas disso. A primeira, gravíssima recessão do início do século entrelaça-se e se sobrepõe ao fim da ordem mundial erguida sobre o primado estadunidense e, no sentido lato, ocidental, que é enfim contestada sob todos os campos, da

tecnologia à moeda, da produção cultural até mesmo ao âmbito militar. A China, a Índia, o Oriente crescem e, com eles, também alguns outros países do sul do mundo, a começar pelo Brasil. Aquilo que a grande crise mostrou é uma verdadeira passagem de época, com um deslocamento do baricentro da economia e do poder em escala mundial do eixo euro-estadunidense para a China e, no sentido mais geral, para o Oriente, ou para um *mix* de Oriente e sul do mundo. Esse deslocamento não pode senão impelir a uma enérgica reação dos velhos poderes dominantes do Ocidente que, cada vez menos, podem confiar exclusivamente nos próprios meios financeiros e militares – ambos enfraquecidos e contestados – e, cada vez mais, encontram-se na necessidade de invocar a unidade das nações ocidentais para “salvarem-se juntas” (capital e trabalho) do declínio iminente, da *ameaça externa e interna* trazida pelos “bárbaros” às nossas condições de vida. Num apelo semelhante, o reavivamento do racismo institucional em vigor possui um papel central, uma vez que se esforça para envolver ou mobilizar *as sociedades europeias*, e não só os aparatos estatais, na obra de estigmatização, colocação sob suspeita, controle severo e seleção dos povos imigrantes.

Esse apelo à mobilização contra os “bárbaros” é dirigido à mente, ao coração e ao estômago das populações, em particular dos *trabalhadores europeus d.o.c.*, agitando ante seus olhos a presumida incompatibilidade entre culturas e civilizações diferentes, a presumida tendência natural a delinquir dos imigrantes, e os papéis já desgastados, porém insidiosos, da concorrência desleal dos imigrantes e da “preferência nacional”, que devem ser restabelecidos a qualquer custo (como se tivessem sido os imigrantes a fazer esta última decair,

uma vez que realmente decaiu). Enfim, desde muitos anos essa difusão do racismo em âmbito popular não conhece descanso, nem limites. E não há dúvida de que tenha conseguido certo sucesso.

Mal-estar social e racismo popular

A difusão do racismo está encontrando, na verdade, um terreno bastante fértil no âmbito popular, em particular no que diz respeito ao objetivo da *segurança*, uma palavra carregada de múltiplos e sugestivos significados. A razão imediata fundamental é o crescimento e a difusão da insegurança *social e pessoal* – advinda, na Europa, com a globalização financeira dos últimos trinta anos e a chegada de uma crise histórica, ainda em vigor – que a fez entrar nos estratos mais “protegidos” do mundo do trabalho e nos mais remotos ângulos da vida afetiva e interior.

O radicalismo das mudanças ocorridas nos últimos vinte anos no mercado de trabalho e na vida dos trabalhadores europeus é tamanho que torna impossível superestimar essa insegurança.

Pegemos o caso da Itália. Não é raro, hoje, na Itália, receber 3 euros por hora, às vezes até menos. Os contratos de aprendizagem ou de estágios estão se difundindo. Tornaram-se comuns até as “contratações” por uma só semana ou um só dia. As cooperativas de trabalho *low-cost*, que são 90% do total, e as subcontratações já estão em todos os lugares. As horas extras não pagas tornaram-se uma prática recorrente, em especial nas empresas menores, num país como a Itália, que é uma constelação de pequenas e médias empresas. Para não falar dos ritmos e dos controles asfixiantes de trabalho, em que

reapareceram até os chicotes (como no *call center* Italcarone de Incisa Valdarno). Com o trabalho *in nero*⁸, é cada vez mais difusa a presença de intermediários para o recrutamento de trabalhadores, o que resulta num desconto adicional sobre os salários e em todo tipo de abuso e brutalidade, principalmente no campo e nos canteiros de obras. Tudo isso envolve, ao lado dos imigrantes, as novas gerações autóctones de trabalho assalariado⁹, cada vez mais pressionadas por uma incerteza, uma insegurança *laboral e existencial* que, até pouco tempo, era (para a maior parte das pessoas) inimaginável, tendo em vista que mesmo as condições dos operários das indústrias maiores continuam a piorar. E com o último *round* da reestruturação dos estabelecimentos da Fiat em Pomigliano e em Mirafiori, o declínio começa a transformar-se em precipício.

Dir-se-á: a Itália tem taxas de crescimento e salários entre as mais baixas da Europa. É um exemplo muito fácil. Passemos então à Alemanha, que da Europa é a locomotiva e, até poucos anos, gabava-se dos salários entre os mais altos do mundo e de um *welfare* entre os mais sólidos da Europa. Lá, em poucos anos, a Hartz IV¹⁰ criou

8 Sem contrato. (N.T.)

9 Consultar Gallino L., *Il lavoro non è una merce. Contro la flessibilità*, Laterza, Roma-Bari, 2007; Nove A., *Mi chiamo Roberta, ho 40 anni, guadagno 250 euro al mese...*, Einaudi, Torino, 2006; Murgia M., *Il mondo deve sapere. Romanzo tragicomico di una telefonista precaria*, ISBN, Milano, 2006; Berizzi P., *Morte a 3 euro*, Baldini, Castoldi&Dalai, Milano, 2008; Rovelli M., *Lavorare uccide*, BUR, Milano, 2008; Id., *Servi. Il paese dei clandestini al lavoro*, Feltrinelli, Milano, 2009; AA.VV., *I precari non esistono*, Fandango, Roma, 2008; AA.VV., *Sono come tu mi vuoi. Storie di lavori*, Laterza, Roma-Bari, 2009; AA.VV., *Lavoro da morire*, Einaudi, Torino, 2009; Leogrande A., *Uomini e caporali*, Mondadori, Milano, 2008.

10 Por Hartz IV entende-se o conjunto de medidas relativas ao mercado de trabalho, aprovadas entre dezembro de 2003 e julho de 2004, em vigor na

uma paisagem social que é verdadeiramente desoladora em alguns âmbitos do mundo do trabalho. Uma pesquisa recente na Renânia do Norte-Westfália “descobriu” lá um amplo desemprego e 300.000 trabalhadores recebendo 1,5 euro a hora, zonas não propriamente minúsculas de degradação física, psíquica, pessoal, uma área de pobreza extrema e, por outro lado, estruturas de trabalho “social” que, para fornecer ínfimas ajudas financeiras, entram de maneira cada vez mais incisiva na vida dos pobres e dos marginalizados¹¹. Não se trata, entretanto, apenas de uma região: em todo o país, cerca de um quinto dos trabalhadores recorreu, mesmo que por um tempo breve, aos auxílios do governo destinados à área social. E, ainda mais relevante, as contrarreformas lançadas por Schroeder, mesmo dizendo diretamente respeito apenas aos desempregados há mais tempo, aos beneficiários de programas de complemento de renda, em vez daqueles que possuem contrato de trabalho padrão, estão tendo efeitos desestabilizadores também sobre as condições de trabalho e sobre os salários do mercado de trabalho “regular”¹². Nem

Alemanha desde 1º de janeiro de 2005. A mais importante dessas medidas cortava de modo drástico os subsídios ao desemprego. Peter Hartz, diretor de pessoal da Volkswagen, era o presidente da Kommission für moderne Dienstleistungen am Arbeitsmarkt, que elaborou as propostas, depois transformadas em lei pelo governo social-democrata de Schroeder.

11 Consultar Friedrichs J.Müller E.–Baumholt B., *Deutschland Dritter Klasse. Leben in der Unterschicht*, Hoffmann und Campe Verlag, Hamburg, 2009.

12 Segundo o estudo de Lapavistas C. e outros, *Eurozonecrisis: beggarthyselfandthynighbour*, Research on Money and Finance occasional report, march 2010, na primeira década do século XXI o aperto à classe trabalhadora na Alemanha foi mais duro do que aquele ocorrido nos países “periféricos” da eurozona e, no geral, “a união europeia foi para os trabalhadores alemães uma verdadeira ordália”, p. 6.

poderia ser diferente, visto que as reformas fizeram crescer a fatia dos empregos não convencionais do sistema de emprego total, empregos remunerados menos do que o mínimo contratual, e reforçaram a pressão concorrencial sobre a procura por trabalho. Disso derivaram a redução do poder de compra dos salários, o aumento da carga horária média de trabalho, a erosão do poder sindical, cada vez mais um “poder de fachada”, enquanto espalharam-se, como mancha de óleo, a economia informal e as empresas que se colocam fora dos acordos nacionais¹³. O mundo do trabalho na Alemanha, que permanece de longe a economia industrial mais potente do continente, aparece assim composto por uma área de pobreza, ligada a uma área mais vasta com risco de pobreza (que afeta um em cada sete trabalhadores) que, por sua vez, confina uma ampla, muito ampla, diria, extensão de crescente insegurança e medo do futuro.

A França teve, nos últimos anos, um movimento tão vivaz e amplo de luta contra a precariedade por parte de uma inteira *génération precarie* (ou *jetable*)¹⁴, em relação ao qual abstenho-me de qualquer discurso sobre o mérito. De resto, é muito claro que os processos de precarização do tipo daqueles ocorridos na Itália e na Alemanha atravessam a Europa de norte a sul, de oeste a leste, presentando-se alhures com ainda maior agudez.

13 Consultar Chagny O., *Retour sur les réformes du marché du travail en Allemagne*, «La Revue de l'IREs», n. 3/2008, pp. 66, 97-104; Hege A., *Retour aux 40 heures ?*, «Chronique Internationale de l'IREs», n. 90, septembre 2004, pp. 3-11; Lehndorff S., *Zurückzur 40-Stunden-Woche? – Wirksamkeit und Krise der tariflichen Arbeitszeitregulierung*, WSI-Mitteilungen, n. 6/2004, pp. 306-312.

14 Consultar Collectif Génération Précaire, *Sois stage et tais-toi! La scandaleuse exploitation des stagiaires*, La Découverte, Paris, 2006; Palmade J. (Org.), *L'incertitude comme norme. Identités et parcours professionnels*, Puf, Paris, 2003.

Mesmo na Europa há agora uma área crescente de *working poor* e de trabalhadores em risco de pobreza, e este dado já está oficializado pelas estatísticas da União Europeia, segundo as quais, desde 2007, encontra-se em condições de pobreza ou com risco (iminente) de pobreza 15 trabalhadores em cada 100, repartidos do seguinte modo: 42% desempregados, 27% trabalhadores temporariamente inativos, 17% aposentados, 8% empregados¹⁵. Em consequência disso, muitos trabalhadores europeus, não somente a leva juvenil, sentem um rebaixamento, ou uma perda do *próprio status social* precedente, ou o risco tangível de tal perda, *mesmo independentemente da perda do trabalho*. A crescente precariedade, a desvalorização dos trabalhos antes considerados profissionais, a dificuldade de suportar os novos ritmos de trabalho sob exigências exageradas nos lugares de trabalho, o *stress* induzido pelos níveis sempre mais tensos de competição com os colegas de trabalho, a redução dos momentos de sociabilidade no trabalho, o desaparecimento ou o enxugamento dos direitos sociais considerados primários estão engendrando entre os assalariados europeus sentimentos difusos de *choc*, desilusão, frustração, sofrimento, insegurança – que são, em última instância, o aspecto *interior* da *geral desvalorização material*, em curso, da força de trabalho.

15 Consultar European Working Conditions Observatory, *Working poor in Europe*, Hanzl-Weiss D. e Vidovic H. (Orgs.), abril 2010. Uma pesquisa recente Acli-Caritas, *Legenda delle famiglie italiane nell'anno della crisi*, organizada por Zucca G. e Catania D., Roma, 2010, estimou que em 2009-2010, 66% dos núcleos familiares temia que pelo menos um membro próprio pudesse perder o emprego no futuro, enquanto o percentual de famílias obrigadas a economizar nos consumos alimentares variava de 30,6% a 8%, segundo os meios econômicos à disposição (pp. 11, 16).

Mesmo aqueles que até agora conseguem manter o emprego, se perguntam por quanto tempo serão capazes de resistir às pressões gerenciais e à incerteza que corrói. Perguntas do gênero têm um significado particularmente mais duro para as mulheres, muitas vezes tratadas como portadoras de deficiência, e também marcadas por exigências muito pesadas dos vínculos da “dupla presença”, num contexto socioeconômico e familiar que perdeu, ou está perdendo, qualquer elemento de estabilidade e de tutela institucional; e é cada vez mais comum as vermos sós, ou como único ponto de contato entre duas diferentes famílias¹⁶, devendo enfrentar o ônus do fornecimento de cuidados e do trabalho doméstico, em aumento quantitativo e qualitativo. A perda de um passado em alguma medida estável, ou menos incerto, e a impossibilidade de planejar o futuro espremem numa prensa o presente dos trabalhadores e das trabalhadoras que se sentem – justamente – instáveis, inseguros. Em particular, se são obrigados a buscar um novo trabalho, com poucas chances de achar um satisfatório; humilhados, abandonados, traídos¹⁷.

Humilhados pela sociedade e pelo *management*. Abandonados, traídos – aqui está outro fator importante na gênese da atual insegurança social e pessoal, pelo menos com respeito à geração operária ativa em âmbito sindical e político

¹⁶ A assistência de idosos e de crianças principalmente. (N.T.)

¹⁷ Faço referência a uma síntese da primeira parte de uma ótima pesquisa europeia, que eu saiba a primeira do gênero, sobre o peso que os fatores socioeconômicos têm na penetração da xenofobia e do racismo no contingente da classe trabalhadora europeia. Consultar SIREN, *The Abandoned Worker. Socio-economic Change and the Attraction of Right-Wing Populism*, Cologne and Vienna, 2003, pp. 1-62.

– pelas “próprias” organizações de referência, pelos “próprios” sindicatos e, mais ainda, pelos partidos que tinham sua própria razão social na defesa dos interesses imediatos dos assalariados. Muitos trabalhadores, que antes olhavam para esses partidos, agora se sentem colocados em segundo e terceiro plano por eles, em detrimento das “novas” figuras das profissões, do trabalho autônomo e dos posicionamentos políticos segundo os quais as necessidades vitais dos assalariados aparecem como uma variável ultradependente em relação à competitividade da nação e das empresas, aos estratos emergentes, ao equilíbrio da balança. A desilusão deles estendeu-se a todo o quadro político institucional, considerado, não por equívoco, afastado e surdo em relação às necessidades e às penas de quem vive do próprio trabalho.

Diferente é, em muitos aspectos, o caso das novas gerações de operários e assalariados. Em grande parte, esses não tiveram experiência dentro do movimento operário organizado; foram nutridos, em contrapartida, pela imperante ideologia neoliberal, aceitando como destino inevitável, se não como uma oportunidade positiva, a condição de estar “sós contra todos” no mercado de trabalho e de ser obrigado a correr os riscos decorrentes. Riscos que certamente não faltaram, ao contrário, estavam em crescimento desde os anos 80 até hoje, provocando entre eles, ora um resignado condicionamento, ora agudas frustrações, ora (raras) explosões de raiva. Certamente, ainda há um núcleo duro de jovens trabalhadores que, nutrido por uma psicologia e uma mentalidade de darwinismo social, até agora se sente seguro de conseguir se manter com os únicos e próprios meios; mas, em geral, as novas gerações de trabalho

assalariado sentem, de modo crescente, o desconforto da precariedade do trabalho.

A habilidade dos partidos “etno” – nacionalistas, ou francamente racistas, à *la Front Nationale* de Le Pen, Lega Nord de Bossi, Fpö de Haider, Pvv de Wilders, British National Party, Nva de De Wever, ou o húngaro Jobbik, o Partido dos trabalhadores da República Checa, o Partido nacionalista eslovaco de Slota e outras formações menores (como a grega Chryssi Avghi, em boas relações com a instituição Laos) – foi a de saber intervir nesta fase de agravamento e de acentuação da precarização das condições de trabalho e de vida sofrida por muitos trabalhadores autóctones, *desviando* seu descontentamento, mal-estar, temor de desclassificação *para com e contra* os imigrantes, acusados de ser os mata-salários, os aproveitadores do *welfare*, os profissionais da ilegalidade, os contaminadores da “nossa” cultura e das “nossas” tradições. Essas organizações políticas reúnem os trabalhadores autóctones e, com eles, restritos grupos de imigrantes, residentes por mais tempo e totalmente “nacionalizados”, em torno da insígnia da “preferência nacional” e das (supostas) identidades nacionais ou subnacionais que devem ser mantidas e reconstituídas. A isso aliam a denúncia das elites econômicas (neste caso só verbal, pois não são registradas ações efetivas nessa direção, ao contrário...), acusadas de serem insensíveis às dificuldades do trabalho autóctone e à perda de “identidade” das nações europeias, uma vez que concentradas exclusivamente nos próprios lucros e, por isso, favoráveis a uma imigração sem limites¹⁸.

18 Ivi, pp. 63-132.

Neste tipo de propaganda nada é novo. Neste momento também é reciclado, em particular no Leste, o antissemitismo, fato que não deve ser subestimado, uma vez que polui posteriormente o ar com estereótipos racistas ultrapassados e falsos motivos “antiplutocráticos”. Relativamente novo – nem mesmo essa é na história uma *première* – é só a voz que conseguiu obter em ambientes proletários e populares. Tal voz explica-se, sobretudo, pelo fato muito concreto de que os trabalhadores autóctones e os trabalhadores imigrantes *estão efetivamente em concorrência entre eles* num alto número de atividades laborais e, muitas vezes, os empreendedores ou as famílias preferem contratar os imigrantes porque custam menos, porque aceitam (por *estado de necessidade*) horários mais longos e mais desconfortáveis, tarefas perigosas e assim por diante. Se os trabalhadores autóctones, bem como os imigrantes, permanecerem à mercê do mercado sem dar vida às suas próprias e fortes organizações unitárias, estes últimos exercerão sobre os primeiros uma *involuntária*, mas *real*, concorrência *ao rebaixamento*, também naquilo que diz respeito aos direitos adquiridos. É bem em função disso que os partidos “etnonacionalistas” acham um terreno fértil nas suas tentativas de canalizar o mal-estar do trabalho autóctone contra os imigrantes.

A voz que eles conquistaram entre os trabalhadores não pode ser avaliada *só*, e nem mesmo em primeiro lugar, em relação a seus êxitos eleitorais. O resultado mais importante conseguido, por exemplo, na Itália por um partido como a *Lega Nord*, mais do que o número de ministros, de cadeiras no parlamento, de prefeitos, de governadores de regiões, foi ter propagado sua temática ideológica e política a todo o quadro político-sindical institucional, *inclusive à esquerda parlamentar*

e, muitas vezes, à extraparlamentar. Seu etnofederalismo de fundo liberal, seu *antimeridionalismo*¹⁹, sua aversão agressiva ao Islã, sua práxis discriminatória em face das populações imigrantes *fizeram escola* muito além do perímetro formalmente *leghista*²⁰, colocando em movimento um processo de não natural, suicida, contraposição entre populações autóctones e populações imigrantes. A medida do sucesso desse incessante esparrame de venenos é dada pela progressiva banalização das provocações verbais *leghistas* e da *práxis racista* inspirada pela *Lega*, que tem como um dos efeitos, na Itália, a existência de algumas milhares de crianças filhas de imigrantes sem visto de permanência *sem nenhum direito de nascimento*, logo não existências. Atualmente, mesmo uma monstruosidade desse tipo foi aceita como “normal” e, praticamente, silenciada.

Há por que nos alarmarmos. Porque se a capacidade dessas formações políticas de *alistar* trabalhadores é somente em alguns casos considerável, enquanto permanece, em muitos outros, limitada²¹; o sistema do *mass media* difundiu e difunde a mensagem à inteira sociedade, bem além dos circuitos militantes “racistas”, os fazendo funcionar como formidável caixa de ressonância. Mesmo porque há áreas da sociedade vulneráveis no plano físico, como os idosos, ou áreas do mundo do trabalho particularmente sujeitas à concorrência

19 Posição discriminatória contra o Sul da Itália, a região mais pobre do país. (N.T.)

20 Regiões do país, principalmente do Norte, onde o Partido da Lega Nord tem força. (N.T.)

21 Pensa-se, por exemplo, sobre a falência total que foi, na Itália, a tentativa da *Lega Nord* de instituir as “rondas populares” anti-imigrantes, para colaborar com a polícia e os guardas. A adesão de operários e trabalhadores foi nula.

objetiva (coagida) da força de trabalho imigrante, como os operários comuns e com menos condição de requalificar-se, que, na situação de dispersão e de abandono nas quais muitas vezes se encontram, estão muito expostos a absorver esses venenos.

As migrações internacionais para os países europeus (e para os Estados Unidos) certamente não estão por se exaurir. Nas próximas décadas, é mesmo previsível a intensificação delas; e essas não serão compostas na maior parte por “emigrantes” temporários, prontos a retornar atrás devido ao contrato de trabalho vencido ou às primeiras dificuldades. A *circular migration*, a imigração temporária de trabalhadores “hóspedes” por tempo determinado, aos quais os países ricos declaram aspirar no enunciado de suas políticas migratórias, não poderá senão ter um papel *limitado* nas futuras migrações, seja pelos fatores de expulsão, seja pelas necessidades estruturais de longo prazo da força de trabalho imigrante de baixa e alta qualificação nos países ocidentais, que tendem a tornar tais imigrações sempre mais definitivas²².

Pode-se dar igualmente por óbvio que a Europa não poderá, de nenhum modo, renunciar ao racismo institucional. Essa é a fórmula mágica através da qual os governos e os Estados podem reabastecer as empresas de braços e de cérebros do mundo inteiro a baixíssimo custo, descarregar sobre causas, fatores e atores *externos* a responsabilidade dos males sociais e, assim, diminuir o risco de explosões de conflitos sociais *segundo linhagens de classe*, jogando os trabalhadores e os “povos” uns contra os outros.

22 Consultar Martin J.P., *Temporary Labour Migration: An Illusory Promise?* “International Migration Outlook”, 2008 Edition, pp. 18-20.

E ainda, é evidente a tendência a um futuro agravamento do racismo institucional, justamente porque está a se abrir uma longa fase, se não uma época, de crescentes tensões entre o Ocidente e os países emergentes do Sul e do Leste do mundo. Nesse sentido, tudo está já escrito, e nada é de excluir-se. Nem mesmo uma organização de *pogrom* anti-imigrantes em escala mais ampla do que aquela de Oslo. De resto, se em dez anos foram deixados engolir pelo Mar Mediterrâneo pelo menos 15.000 imigrantes que se encaminhavam verso à Europa; se tudo isso foi justificado, sem piedade, como uma inevitável “perda colateral”, como é possível pensar que conflitos e crimes racistas, privados ou de Estado, como aqueles do El Ejido, Castelvoturno, Calais, Ceuta e Melilla, Patrasso, Rosarno, não tendam a repetir-se no futuro em maiores dimensões? E é do mesmo modo possível, aliás, provável, que as instituições europeias trabalhem para fomentar choques entre imigrantes, um fenômeno nem um pouco novo²³.

Os trabalhadores europeus, sempre mais imigrantes “na pátria”

Tudo já escrito, então?

Sim, se nos referimos à *superclass* euro-estadunidense e às suas instituições. Mas, do mesmo modo, *nada está já decidido*. A ascensão

²³ ArunKundnanide mostrou com qual esperteza o multiculturalismo de Estado britânico havia dividido e estabelecido concorrência entre as diferentes “comunidades negras”, favorecendo a criação em seu interior de lideranças de classe patriarcal e tradicionalistas, encarregadas de mantê-las sob controle e de fechá-las em verdadeiros “*ethnic fiefdoms*” (feudos étnicos), isolados e reciprocamente hostis (consultar *The Death of Multiculturalism*, “Race & Class”, nº 43/2002, pp. 68-9).

do racismo *não* é irreversível. O número, o enraizamento, a centralidade dos imigrantes na produção de bens e de serviços são crescentes. E crescente é a força objetiva deles, um obstáculo não fácil de ser aplaidado pelas políticas racistas. É em ato uma transformação de época nas sociedades ocidentais no sentido multirracial, multicultural, que se entrelaça com um inédito processo de polarização social entre capital e trabalho; isso, por sua vez, se intercepta com a crise da ordem mundial guiada pelos Estados Unidos. A história, a história dos grandes conflitos sociais, das grandes alternativas sociais e políticas que marcaram o século XX, ao contrário de acabada, parece estar a ponto de recomeçar por meio de novas bases e novos “lugares”. Mesmo porque, *diferentemente de ontem* (uma vez considerada a própria Europa), vivendo lado a lado, as pessoas de diversas nacionalidades que ganham a vida com o próprio suor e a exaustão dos próprios nervos estão aprendendo *também* aquilo que as aproxima e as reúne, estão experimentando, em meio a múltiplas incompreensões, preconceitos, atritos, choques, ódios, *também* o valor ideal e material da solidariedade entre trabalhadores: *para além* das diferentes cores de pele, das diferentes culturas, das religiões ou não religiões, das diferenças verdadeiras ou presumidas entre as civilizações. E é justamente esse longo, cansativo aprendizado feito em comum por autóctones e imigrantes, que torna inquietos os sons dos poderosos da Europa e da América do Norte (até o ponto de levar algum deles à investidura de Obama).

Além disso, os trabalhadores e os jovens europeus *d.o.c* estão tendo, e terão ainda mais, uma experiência *negativa* das políticas anti-imigrantes. Essas políticas não poderão manter a promessa que evocam de melhorar, ou pelo menos proteger a existência dos

autóctones, atingindo os imigrantes ou os mais “réprobos” entre eles. Desde que foram formuladas – o primeiro “*alt à l’immigration sauvage!*”, lembremo-nos, é do início dos anos 70, e já passaram quarenta anos –, não a mantiveram e não poderão fazê-lo, menos ainda na vigência da crise global em curso.

A crise estourada em 2007 não é uma simples recessão periódica. É um pesadíssimo terremoto cujos abalos telúricos não se exauriram, cujos efeitos sobre o trabalho assalariado estão bem longe de já ter se manifestado completamente. É o fim inglorioso, como merecia, do modelo de desenvolvimento “neoliberal” (neoconservador). Mas, das suas cinzas, certamente não nascerá um capitalismo mais sedado e equitativo. Com o fim da ordem econômica, política e militar guiada pelos EUA, o capitalismo mundial está ainda mais dilacerado pelos seus antagonismos históricos. E quaisquer que sejam, de imediato, as dosagens das medidas anticrise, a caótica fase histórica aberta prenuncia uma agressão *duradoura* e *impiedosa*²⁴ à força de trabalho, *toda*. Mesmo àquela “branca”

24 Já antes que explodisse a crise, Simon Head, no seu *The New Ruthless Economy: Work and Power in the Digital Age*, Oxford University Press, New York, 2003, com base em dados de fato incontroversos, havia colocado em destaque o caráter cruel da nova economia, desmontando a falsa ideia segundo a qual a *information technology* tornaria os trabalhadores mais livres, autônomos e bem pagos. Ocorreu o contrário, ele defende. A *information technology* é plenamente corresponsável pela crescente polarização de salários e renda, simplificou e banalizou muito o trabalho dos empregados de médio e baixo escalão, submeteu-os a controles mais rígidos mesmo em certos âmbitos de alta qualificação como as profissões médicas. Mais grave ainda com os trabalhos de mais baixa qualificação, nos quais a atividade dos trabalhadores foi reduzida a ler na tela (como aluninhos) o que deve ser comunicado aos clientes. É óbvio que o poder de contratação dos trabalhadores também foi enfraquecido nessas condições.

(com a astúcia da parte dos governos interessados, como previsto, de não colocá-la nunca exatamente sobre o mesmo plano daquela “não branca”). Porque a causa, em última instância, da crise é a insuficiente lucratividade do capital. Uma enérgica retomada da acumulação capitalista *exige*, numa perspectiva não muito longa, o drástico rebaixamento do valor médio da força de trabalho em escala mundial, *começando* daquela ocidental. O “bom exemplo” deram justamente os Estados Unidos de Obama com 6 milhões (seis!) de novos desempregados em um ano e meio e o corte violento dos salários operários na indústria automobilística. A Europa está seguindo-os, *deve* segui-los pela mesma estrada, seja para não se fazer apartada no necessário processo de reestruturação, seja porque os jovens capitalismos emergentes no sul do mundo consomem, dia a dia, a quota do mercado mundial histórico, antes apanágio dos países europeus.

Essa crise marca uma verdadeira passagem de época. O relançamento capitalístico dos últimos trinta anos ocorreu, em larga medida, graças ao deslocamento da indústria manufatureira internacional para fora das metrópoles ocidentais, principalmente para a China e a Ásia. Lá onde essa tendência adquirisse ainda mais força, os países europeus se encontrariam em dificuldade semelhante àquelas atualmente dos Estados Unidos em face do colosso produtivo chinês, de quem “dependem” cada vez mais. Não podem se dar ao luxo. Eis porque se pode esperar dos governos e das empresas europeias uma futura, selvagem intensificação do aperto, e a extensão do recurso à *information technology*, à biotecnologia, à nanotecnologia etc., devido a uma específica capacidade de *labour saving*. O que significa

que a desregulamentação do mercado de trabalho e das condições de trabalho dará outros passos para frente, com efeitos desestabilizadores sobre a vida dos trabalhadores.

Descontar em cima do bode expiatório imigrante *não terá nenhum êxito resolutivo*. A força de trabalho imigrante representa, afinal, apenas 10% da força de trabalho na Europa e já está espremida ao máximo. É muito difícil incrementar o aperto. Agora, o que está na mira dos fortes poderes financeiros, cada vez mais, são os trabalhadores europeus *d.o.c.*, suas “garantias” residuais, geradas por suas próprias lutas dentro de um ciclo capitalista afluente. Se por um absurdo fosse fechado um acordo na Europa entre capital e trabalho autóctone para a total expulsão dos 30 milhões de imigrantes, ou mesmo “apenas” dos 8-10 milhões de “irregulares”, os trabalhadores e trabalhadoras europeus cometeriam *um perfeito harakiri*. Porque as economias europeias, que tanto devem sua competitividade ao menor custo do trabalho imigrante e à fundamental contribuição do trabalho de assistência das mulheres imigrantes, colocariam o excesso de cansaço, insegurança, humilhação, agora imposto às trabalhadoras e aos trabalhadores imigrantes, exatamente sobre as trabalhadoras e os trabalhadores autóctones. Caso contrário, deveriam afundar-se e, com certeza, não o farão.

Considerações análogas podem ser feitas sobre a política da “tolerância zero”. Essa propaga, desde há duas décadas (pelo menos), a falsa promessa: por meio de uma luta implacável às pequenas violações da “legalidade”, à mendicidade, aos pichadores, aos lava-vidros, aos camelôs, à juventude dos bairros vulneráveis e, sobretudo, aos *imigrantes* mais ou menos “irregulares”, a sociedade se tornará

mais segura, mais vivível, mais imune aos furtos, assaltos, sequestros, violências individuais e, até mesmo, patologias maiores, tais como a difusão da droga e da prostituição. Um tanto quanto mentiroso é o apelo que deriva dessa promessa: combatamos todos juntos o pequeno delito, a pequena criminalidade e nos salvaremos também da grande criminalidade, que, no fundo, nasce de uma pequena criminalidade não adequadamente combatida²⁵. Se, ao contrário, se continua “permissivo” com a mais leve das ilegalidades (... dos imigrantes), estaremos perdidos.

Os efeitos *reais* de tais políticas – a prova, mais uma vez, vem dos Estados Unidos – são de tipo bem diferente: a multiplicação dos presos (muitos dos quais negros e latinos), a explosão do gasto estatal em prisões e penitenciárias paralelamente à redução do gasto social (na Califórnia se gasta, hoje, mais com novas prisões que com novas escolas e hospitais), um sistema sempre mais capilar de controle e fichamento *de todos*. Logo, não se trata de maior segurança social, mas sim de maior *repressão* seletivo-racial e em escala geral, além de maiores cortes nos fundos para a seguridade social. Depois de um quarto de século dessa terapia, os Estados Unidos continuam a ser a sociedade violenta que eram antes (uma violência que pesa continuamente sobre as mulheres) e uma sociedade, mais do que nunca, marcada pela *insegurança social*, mesmo a classe média endinheirada. Tampouco na Europa veremos resultados com sinalização diferente, por mais que se queira chegar, como fez Blair,

²⁵ Segundo essa doutrina, em cada mendigo Roma esconde-se um potencial Bernard Madoff ou um Callisto Tanzi (o ex-proprietário da Parmalat, autor de um golpe de 24 milhões de euros) em embrião.

a deter em prisões experimentais garotos menores de 14 anos e talvez, depois, seus pais, seus parentes vivos de segundo grau até, quem sabe, seus avós a serem desenterrados (o seu sucessor, Cameron, bem que já se encaminhou nessa estrada).

Nem é de se esperar que, dando pauladas nas populações imigrantes, confinando-as às margens da sociedade europeia ou enviando-as à “sua casa” (onde, aliás, estamos geralmente “nós” ocidentais a patronear com as “nossas” empresas ou os “nossos” bancos), ou levando a guerra aos seus países, reencontraremos o calor (verdadeiro ou mistificado) da “velha comunidade”. Quem excita as pessoas nessa direção faz uma referência obsessiva aos “nossos” valores, à “nossa” cultura. Mas os “nossos valores” são apenas enganos. Na sociedade do capitalismo maduro, o único verdadeiro valor, um valor a-territorial porém, é o valor do dinheiro, do dinheiro capaz de crescer-se continuamente sugando trabalho vivo. Todo o restante só adquire valor se houver uma referência positiva a esse supervalor. Num tal contexto, a referência à nossa cultura/civilização, despida da retórica, condensa-se na reivindicação do direito de nós-Europa, nós-Occidente, *dominar* sobre o mundo e no mundo, a *atribuir valor* ao universo mundo à “nossa” vantagem, a extrair a maior quantidade possível de lucro dos trabalhadores de todo o mundo (eis onde valor e cultura se fundem e confundem). Permito-me citar, mais uma vez, Berlusconi, só porque o seu dizer franco ao velho colonialismo explícita, de modo impudente, o pensamento dominante (transversal) de toda classe dirigente europeia:

“Não se pode colocar no mesmo plano todas as civilizações. [...] Devemos ser conscientes da superioridade da nossa civilização. Uma civilização

que deu lugar a um largo bem-estar às populações dos países onde é praticada [graças também a cinco séculos de colonialismo – n.]. Uma civilização que garante o respeito aos direitos humanos, religiosos e políticos [é necessário ver de quem – n.], respeito que com certeza não existe nos países islâmicos. [...] O Ocidente é destinado a ocidentalizar e conquistar os povos”²⁶.

Em Dakar, em julho de 2007, o presidente francês Sarkozy foi além com um estilo modernizado, neocolonial, mas, depois, seu discurso acabou inexoravelmente lá onde deveria acabar: traçando o *kit* de identidade das deficiências “orgânicas” dos africanos, que os teria impedido de entrar plenamente na história universal, considerando-os, entre tantos outros povos, “destinados a ser conquistados pelo Ocidente” ou guiados pelo Ocidente para superar suas deficiências “orgânicas”. Aminata Traoré e outros lhes responderam no mesmo tom²⁷, e essa resposta vale para todos os povos que procuraram sair da era colonial sem, por enquanto, ter conseguido ou plenamente conseguido. O desejo seria de esfolá-los, na terra deles e no Ocidente, em nome da “nossa” civilização superior. Não será fácil, acho eu. Porque, mesmo no meio de indizíveis tormentos, os povos, e principalmente os trabalhadores, os explorados “não brancos”, incluídos os eslavos do

26 Palavras pronunciadas numa conferência para mídia, em Berlim, em 26 de setembro de 2001, que recupero pela transcrição do “La Repubblica” de 27 de setembro. No dia seguinte, “The Guardian” publicou uma charge na qual Berlusconi estava na boa companhia de Hitler e Mussolini. Aqueles conceitos, é válido lembrar, não moraram nem moram apenas na cabeça dos nazi-fascistas.

27 Consultar Traoré A., *L’Afrique humiliée*, Fayard, Paris, 2008; *L’Afrique répond à Sarkozy: contre le discours de Dakar*, ouvrage collectif, P. Rey, Paris, 2008.

Leste da Europa, que são os “brancos-colorados” da Europa –, resistem como podem às forças que tentam empurrá-los para trás.

Na realidade, as virulentas campanhas contra os imigrantes também nos sinalizam outra coisa: com o começo da crise global, abriu-se um novo, longo período de choques entre os velhos-novos colonizadores e os velhos-novos colonizados. Os poderes constituídos do Ocidente poderão se sair vencedores só na condição de envolverem, de modo ativo, as populações e trabalhadores ocidentais, que os apertos da crise poderiam, no entanto, empurrar na direção *oposta*, para uma saudável retomada da luta de classe “interna”. E é justamente para desviá-los dessa estrada que se fomenta, diante de seus olhos, a tese da *incompatibilidade* e da *natural desigualdade* entre civilizações e culturas – segundo a qual o inimigo, a nós inferior, está aninhado nas pragas obscuras do mundo extraeuropeu, ou delas provém para contaminar e desagregar o “nosso mundo”.

A incompatibilidade orgânica, insuperável entre civilizações e culturas diversas, tão propalada nesses anos no Ocidente, é uma mentira colossal. As civilizações e as culturas foram capazes, ontem, não só de bater-se pela supremacia, mas também, de modo pelo menos semelhante, de encontrar-se, influenciar-se, fecundar-se mutuamente, e até de fundir-se. Quem diz cultura, diz, no fundo, intercultura, pois “cultura significa mistura e união de influências diversas” (Orhan Pamuk).

“O refrão do choque de civilizações é penoso – escreveram os letrados martinicanos Patrick Chamoiseau e Edouard Glissant. As civilizações conhecem-se, tocam-se, mudam-se e trocam-se, de modo consciente e inconsciente, desde milhares de anos. As arqueologias culturais, até aquelas identitárias, não desvendam outra coisa senão

estratificações que emaranham-se sem parar, nutrem-se, olham-se, fecundam-se, ‘emulsionam-se’. O ‘Ocidente’ está em nós, e nós estamos nele. O ‘Ocidente’ está em nós através das vias da sugestão, da sujeição, da dominação direta e silenciosa. Mas também está em nós através dos valores que elevou mais ao alto, talvez, até a exasperação deles (a Razão, a individualização, os direitos do ser humano, a igualdade entre homem e mulher, a laicidade...), valores já presentes em grau diverso e com infinitas nuances em todas as culturas. Todas as culturas tiveram sua projeção mágico-mística ligada a um processo racional e técnico. Todas as culturas são compostas de loucura e sabedoria, de prosa e de poesia. Todas as culturas têm em si pulsões comunitárias, tanto quanto contêm impulsos à participação individual”²⁸.

É verdade: o refrão do choque de civilizações é penoso, mas as instituições ocidentais, de uma forma ou de outra, não podem absolutamente renunciá-lo numa conjuntura histórica como essa atual, onde é colocada em discussão, concomitantemente, a dominação ocidental no mundo e a coesão social interna.

O processo molecular de aproximação entre trabalhadores autóctones e imigrantes

Na sua obra de difusão, em âmbito popular, do racismo anti-imigrantes, os poderes constituídos da Europa chocam-se, portanto, com uma contradição que não é pequena: as populações, os trabalhadores

²⁸ Consultar Chamoiseau P.-Glissant E., *Lesmurs*, texto disponível na internet, escrito para comentar e criticar a instituição, referente ao governo Sarkozy, do Ministério da Imigração, da Integração, da Identidade e do Desenvolvimento Cooperativo.

ocidentais – os solicitados a mobilizar-se contra as populações e os trabalhadores imigrantes – já são, e serão, cada vez mais, levados pela força das coisas a sentir-se e a ser *imigrantes nas próprias terras de nascimento*; e sentirão na pele que as políticas contra os imigrantes produzem efeitos negativos para a existência dos trabalhadores autóctones, porque eles não estão separados dos trabalhadores imigrantes por uma muralha chinesa. Exatamente por essa razão, é necessária uma abundante e incessante injeção de venenos racistas, para dividi-los, no pensamento e nos seus sentimentos, dos imigrantes com quem tenderão a se assemelhar na vida cotidiana, muito mais do que já acontece hoje (e mais do que esses mesmos poderes gostariam).

Tanto nos países de antiga imigração, como Grã-Bretanha, França, Alemanha, quanto naqueles recentemente transformados em países receptores, como Espanha e Itália, há *uma crescente “conexão” de fato entre autóctones e imigrantes*. A coexistência nos lugares de trabalho, nas escolas, nos bairros, nas cidadezinhas, nos consultórios, no associacionismo, nos sindicatos; o multiplicar-se de relações afetivas e de casamentos entre autóctones e imigrados; o crescente estabelecimento dos imigrantes; a obtenção da cidadania; o crescimento ainda mais acentuado de filhos de imigrantes nascidos no território europeu; tudo isso, não obstante um clima institucional hostil, está ampliando muito, e de forma continuada, uma *rede molecular* de contatos, de amizades, de solidariedade, que dissolve e coloca em segundo plano as “diversidades” culturais, religiosas, de costume, e exalta o que, mesmo na duradoura diferenciação hierárquica de suas posições sociais e jurídicas, *aproxima* os imigrantes e os autóctones, os trabalhadores imigrantes e os trabalhadores autóctones.

Num relatório de 2009, a Caritas italiana (uma organização católica que desenvolve atividades de assistência aos imigrantes) falou de “um entrelaço sempre mais próximo entre os novos chegados e a sociedade que os acolheu”; um entrelaço que vai muito além do plano laboral e que a mesma Caritas descreveu, outras vezes, como “uma crescente simbiose” entre italianos e imigrantes. Entrelaço e simbiose são termos fortes; podem até soar excessivos porque neste momento, no dramático enfraquecimento de todas as formas de organização do trabalho assalariado, boa parte dessas conexões, desses entrelaços, aparece e é efetivamente vivida como meros fatos *privados*, relações *entre particulares*, e não como relações também entre povos, “raças”, continentes, civilizações, ex-colonizadores e ex-colonizados; como a exceção e não a regra. Mas, mesmo com esses limites, a aproximação entre populações imigrantes e populações autóctones permanece, não obstante, real e continuada²⁹.

29 Comentando os resultados de uma sondagem recente sobre as preocupações dos cidadãos italianos, Ilvo Diamanti escreveu: “o crescimento da crise econômica e ocupacional saturou largamente o espaço das preocupações, redimensionando os medos suscitados pela criminalidade comum e pelos imigrantes – na maioria das vezes, apresentados num binômio inseparável. O comportamento para com os imigrantes parece, em particular, completamente mudado, por diversos aspectos. Reduziu-se a quota daqueles que os percebiam como um perigo para segurança, e também para o emprego. Enquanto reduziu-se o peso de quem vê nos estrangeiros uma ‘ameaça à identidade e à religião’, paralelamente, cresceu a abertura de considerá-los um recurso para nossa economia. Além das preocupações econômicas, essa mudança do clima de opinião foi favorecida pela menor intensidade [nos últimos dois anos – n.] das campanhas midiáticas sobre temas de imigração e de segurança (como mostram os dados do Observatório Europeu sobre a Segurança). Não devem ser negligenciados, contudo, os efeitos da difusão das relações com os estrangeiros, colocados em evidência pelo *Osservatorio Demos-Coop*. Estamos nos referindo à crescente presença dos estrangeiros nos lugares de vida e de trabalho dos italianos. Como colegas,

Em resumo, se não poucos trabalhadores italianos começam a se sentir imigrantes no “próprio” país, em contrapartida, muitos imigrantes começam a ser considerados (e a sentir-se) menos “estrangeiros” no país que não é o de seu nascimento. Essa objetiva, e não só objetiva, *convergência* é um dado de realidade irrefutável. Em particular as cidades grandes, articulações fundamentais do mercado global, são verdadeiros moinhos “que moem as diferenças nacionais”. Todas as cidades grandes da Europa continuam a desenvolver, sem parar, essa atividade em escala crescente. A mais global das metrópoles europeias, Londres, tinha no seu território, em 1986, 1,2 milhões de imigrantes; vinte anos depois (em 2007) quase dobraram (2.288.000), chegando a constituir 31% da sua população, com cada vez mais lugares de trabalho, bairros, condomínios, escolas e casamentos “mistos”, e mais de trezentas línguas diferentes. Isso, vale dizer, não ameniza automaticamente muros e conflitos nacionais e “raciais” – como mostraram os recentes *riots*–, mas coloca bases sempre mais

amigos, colaboradores, estudantes, pais de filhos que jogam e estudam junto aos nossos filhos. Tudo isso os fez menos ‘outros’ aos olhos dos italianos”. Consultar Diamanti I., *Come cambia l'umore del Paese*, “la Repubblica”, 14 de junho de 2010. Segundo essa pesquisa, 47,7% dos italianos têm amigos entre imigrantes, 35% os têm como companheiros de trabalho, 29,7% como vizinhos de casa, o mesmo percentual referente aos pais com filhos que estudam junto com crianças ou jovens filhos de imigrantes, 17,5% têm um parente sendo assistido por um/a imigrado/a. Assumo com muita prudência as resultantes numéricas dessa e de pesquisas de campo semelhantes; recuperei essa pesquisa específica principalmente porque representa uma entre poucas que sabem colocar em conexão o real, forte crescimento da “insegurança econômica”, com o declínio do (superdopado) sentimento de insegurança pessoal ligado à ameaça-imigração.

extensas e sólidas para que se possa abatê-los e para que venham em primeiro plano, e sejam decisivas, as diferenças *de classe*.

O relançamento da assimilação e os ataques com intensidade crescente ao multiculturalismo visam disseminar obstáculos no caminho para essa indecifrável mistura de raças e de nações que, em detrimento do pensamento de Estado ocidental, representa um perigo histórico porque coloca em crise a categoria-nação e o dogma da superioridade da “nossa raça”, da nossa cultura, da nossa civilização, tanto aquela como este, elementos essenciais e *irrenunciáveis* para a conservação do status quo; e porque, colocando em crise a categoria-nação e o dogma da superioridade da “nossa raça”, abre estrada ao reconhecimento de verdadeiros antagonismos sociais e à solidariedade entre os trabalhadores. Essa ofensiva contra o multiculturalismo não pode, entretanto, ser contrastada com os meios e argumentos recorrentes dos defensores do multiculturalismo.

Explico-me: concordo plenamente com a necessidade de defender aquele tanto de “multiculturalismo” (não aquele para criar guetos) que se formou, entre mil conflitos, na sociedade europeia. Sou da opinião de que seja *submetida à crítica e abolida cada forma de privilégio e desigualdade nacional e “racial”* existente no âmbito da instituição-escola e da produção da cultura. Em particular, de que seja reivindicada e afirmada a *mais completa igualdade de direitos para as línguas*, a começar pelo completo reconhecimento das línguas maternas dos imigrantes atualmente desconhecidas e discriminadas em quase em todos os lugares; um reconhecimento que deve ser feito não na forma segregacionista e etnologista de escolas ou classes separadas, mas dentro de uma escola *pública e laica*, inteiramente refundada sobre bases realmente multiculturais e interculturais.

Todavia, mesmo reconhecendo a necessidade de defender as (poucas) realizações multiculturais existentes nos países europeus e ocidentais, parece-me que as diferentes versões do multiculturalismo em circulação revelam uma insuficiência de fundo, uma vez colocadas em confronto com as necessidades de resistência e de luta contra o racismo de Estado.

Essas versões têm um defeito basilar: *separam* os campos, níveis ou domínios, ou o que quer que seja, da “política” e da “cultura”, da *infraestrutura material de classe*, e isso as impede de colher plenamente o alcance do choque social e internacional contido na etiqueta “choque de civilizações” ou mesmo na perspectiva multicultural. Os defensores do multiculturalismo muitas vezes percebem e denunciam o “dramático regresso” que subsiste nas “formas constitucionais e pluralísticas” das democracias ocidentais a favor de “uma democracia das raízes, dos valores, da identidade cristã, ocidental, capitalista”, ou seja, de uma democracia racista, mas fogem quase totalmente à demanda-chave: quais são as potências materiais, as classes sociais, que empurram com tanta energia nessa, por eles afastada, direção?³⁰

30 Como o posicionamento do cientista político Carlo Galli, *Introduzione a Id. (Org.), Multiculturalismo. Ideologie e sfide*, Il Mulino, Bologna, 2006, pp.26-27. Ainda mais rigorosamente afastado das questões (ao meu ver) decisivas está o “multiculturalismo” de Habermas, que outra coisa não é senão um monoculturalismo, um assimilacionismo temperado, dentro do qual não é por acaso central o tema da tolerância, do “tolerar as diferenças”, do “tolerar reciprocamente formas de vida e visões de mundo que, dos respectivos pontos de vistas, são para nós um verdadeiro desafio existencial”, de tolerar “pertencimentos subculturais”, mas na condição de que todos, ou seja, os imigrantes, reconheçam como imodificável a legitimidade jurídica e política, supostamente neutra, das normas e dos ordenamentos democráticos (que,

O nó desfeito aponta a *raiz social, de classe*, do racismo, bem como os objetivos *de classe* das políticas racistas. Para a *superclasse* capitalista que nos governa, o nó da questão está, ao contrário, muito bem presente. Ela vê na formação de sociedades multirraciais, multinacionais, multiculturais, um risco potencialmente mortal à própria ordem social, que tem na hierarquia das raças e das culturas e, sobretudo, na concorrência, na contraposição e hierarquização dos trabalhadores sobre bases nacionais, os pilares de suporte. Ela vê o número crescente, o enraizamento crescente, a *centralidade* crescente dos imigrantes na produção de bens e de serviços, a *força estrutural* crescente deles. Ela é consciente do fato de que saímos desde duas, três décadas de polarização entre capital e trabalho assalariado, que também envolveu plenamente uma massa de trabalhadores “brancos”. E porque tudo indica que uma tal polarização se acentuará por uma longa fase, mesmo no que diz respeito ao poder político decisório nas empresas, no mercado, na sociedade, no mundo inteiro, ela teme, com toda razão, que na onda de tais dinâmicas socioeconômicas, socioculturais, sociopolíticas, a convergência entre populações e trabalhadores autóctones e imigrantes possa intensificar-se até levar, certamente não de modo linear e espontâneo, à unidade consciente dos mesmos. Por mais que esse risco não lhe pareça, e com razão, iminente, ela teme, todavia, o seu crescimento. E mobiliza em sua

na realidade, os discriminam): consultar Habermas J., *Solidarietà tra estranei. Interventisu “Fatti e norme”*, Guerini e Associati, Milano, 1997, pp. 27-44; Habermas J. Taylor C., *Multiculturalismo. Lotte per il riconoscimento*, Feltrinelli, Milano, 1998. Sobre o caráter repressivo de uma semelhante “tolerância”, já escreveu antecipadamente Marcuse.

defesa as velhas “potências do inferi”³¹, o poder mágico do racismo, que sabe dividir e estratificar os trabalhadores, os “povos”, os indivíduos, segundo lógicas perversas de raça, de nação, de cultura, de fé religiosa.

Mas, por sua vez, essa ascensão do racismo institucional reclama um antirracismo igualmente sólido e poliédrico ao se buscar a unidade do mundo do trabalho e ao combater, com máxima energia e consciência, todas as discriminações e vexações que recaem sobre os “não brancos”. A auto-organização das populações e dos trabalhadores imigrantes permanece a primeira força contra esse sistema de discriminações raciais e, aos autóctones, pede-se, a meu ver, apoiá-la ativamente, sem impor nenhuma condição preliminar³². E a igualdade, o tema da *igualdade de tratamento em todos os níveis e em todos os campos* deve ser relançado, sem ser, de nenhum modo, intimidado pela naturalização das desigualdades que impera hoje. Quanto mais as discriminações decaíam, menos as populações imigrantes sentirão a necessidade de se entrincheirar e de “se fechar”, mais a troca fecunda entre povos, culturas e indivíduos se multiplicará, mais abertas e livres das ridículas obsessões identitárias se tornarão as sociedades, mais rapidamente se desmoronarão os muros identitários que nos deixam sem ar. Porém continua sendo do mesmo modo fundamental a libertação pelos trabalhadores autóctones europeus das gaiolas das ideologias, das políticas e da práxis nacionalista e chauvinista, que, desde décadas, fincaram raízes (e que raízes!) nas organizações

31 Inferno do mundo pagão. (N.T.)

32 Assim como deve ser apoiada, na minha opinião com a mesma energia, a autodefesa de que os imigrantes são capazes.

“operárias”, e sua reconciliação com as mais valiosas experiências internacionalistas do passado.

Utopias em vão?

Não diria. Desde o passado longínquo (o Congresso Operário Internacional de Genebra, em setembro de 1866, que votou as resoluções para as 8 horas) até os tempos a nós muito próximos (o formidável 1º de maio de 2006 nos Estados Unidos, com as demonstrações de milhões de imigrantes), passando pela Comuna de Paris, pelas indicações importantes sobre imigração do Congresso Internacional de Stuttgart (1907) e, depois, pela confraternização entre operários e camponeses russos e alemães na fronteira entre a Rússia e a Alemanha na Primeira Guerra Mundial e pelo Congresso dos Povos do Oriente em Baku (em setembro de 1920), pelo 68 francês, belga, italiano (nesse caso os “estrangeiros” eram os imigrantes da Itália Meridional), pelo 1973 dos grevistas da Ford de Colônia, pela surpreendente coordenação da *U. S. Labor Against the War*, pelas primeiras greves internacionais dos portos e pela UPS nos anos 90 do século passado, pelos movimentos ligados à *Via Campesina*, por Seattle, Porto Alegre, Bamako, Mumbai (mesmo com todas as suas fraquezas), e assim em diante; o encontro, a cooperação, a solidariedade entre explorados de diferentes nacionalidades, ou pelo menos a afirmação da indispensabilidade de tais processos e da unificação do mundo do trabalho em escala mundial na luta contra o capitalismo global foi e é um dado da *realidade*. Por que não poderia voltar a ser potencializado nos (mais ou menos) próximos tempos? Por qual razão, ao lado de um reavivamento do racismo institucional, doutrinal e popular, e contra ele, não poderia haver também um

reavivamento do antirracismo de classe? No fundo, nada está já decidido.

Alguém poderia retrucar mostrando quão dividida está no seu interior também aquela “nova classe global dos desfavorecidos”, de que Sassen³³ soube captar a formação, quão perdida e na defensiva está hoje a classe trabalhadora da Europa (e do Ocidente). Eu também vejo isso. Mas a história não acaba hoje, e as classes sociais têm memória de elefante. Por mais difícil, difícilimo que seja, é possível (é necessário) que, estimulada por circunstâncias adversas, a classe do trabalho assalariado, a classe que vive do trabalho (dizendo com as palavras de Ricardo Antunes), que mais do que nunca é *realmente mundial*, reencontre-se consigo mesma e com seu audaz, magnífico “sonho” de dar vida a uma *outra civilização*. Uma civilização não das coisas, das mercadorias, do dinheiro, da imperante alienação, mas dos indivíduos de todas as cores e “tradições” ou culturas, *livres* do domínio da mercadoria, do dinheiro, do Estado, cooperativos, *iguais* e finalmente *reapaziguados* com a mãe natureza e com todos os seres humanos. A comunidade humana em ebulição que certos lúgubres pífaros perseguem para um impossível restabelecimento do passado, talvez remoto (fomentando voluntários alunos *à la Breivik*), está verdadeiramente, pela primeira vez, “ao alcance das mãos”. No sentido histórico, entenda-se.

³³ Consultar Sassen S., *A Sociology of Globalization*, Norton & Company, New York, 2007, cap. 6.

Referências

- AA.VV., **I precari non esistono**, Fandango, Roma, 2008.
- AA.VV., **L’Afrique répond à Sarkozy: contre le discours de Dakar**, Ed. Philippe Rey, Paris, 2008.
- AA.VV., **Lavoro da morire**, Einaudi, Torino, 2009.
- AA.VV., **Sono come tu mi vuoi. Storie di lavori**, Laterza, Roma-Bari, 2009.
- ArunKundnanide. **The Death of Multiculturalism**, “Race&Class”, n. 43/2002, pp. 68-9.
- Basso, P. (Org.), **Razzismo di stato. Stati Uniti, Europa, Italia**, Milano, Angeli, 2011 (1° ristampa).
- Berizzi P., **Morte a 3 euro**, Baldini, Castoldi&Dalai, Milano, 2008.
- Carlo, G., *Introduzione* a Id. (Org.), **Multiculturalismo. Ideologie e sfide**, IlMulino, Bologna, 2006, pp.26-27.
- Chagny O., **Retour sur les réformes du marché du travail en Allemagne**, «La Revue de l’IRES», n. 3/2008, pp. 66, 97-104.
- Chamoiseau P.-Glissant E., **Lesmurs**. (texto disponível na internet).
- Collectif Génération Précaire, **Sois stage et tais-toi! La scandaleuse exploitation des stagiaires**, La Découverte, Paris, 2006.
- Diamanti I., **Come cambia l’umore del Paese**, “la Repubblica”, 14 de junho de 2010.
- Hanzl-Weiss D. e Vidovic H. (Orgs.), **European Working Conditions Observatory, Working poor in Europe**, abril, 2010.

- Friedrichs J.-Müller E.-Baumholt B., **Deutschland Dritter Klasse. Leben in der Unterschicht**, Hoffmann und Campe Verlag, Hamburg, 2009.
- Gallino L., **Il lavoro non è una merce. Contro la flessibilità**, Laterza, Roma-Bari, 2007.
- Habermas J., **Solidarietà tra estranei. Interventi su "Fatti e norme"**, Guerini e Associati, Milano, 1997, pp. 27-44.
- Habermas J.-Taylor C., **Multiculturalismo. Lotte per il riconoscimento**, Feltrinelli, Milano, 1998.
- Hege A., **Retour aux 40 heures ?**, «Chronique Internationale de l'IRES», n. 90, septembre 2004, pp. 3-11.
- Lapavitsas C. et al., **Eurozonecrisis: beggarthyselfandthyneighbour**, Research on Money and Finance occasional report, march 2010.
- Lehndorff S., **Zurückzur 40-Stunden-Woche? - WirksamkeitundKrise der tariflichenArbeitszeitregulierung**, WSI-Mitteilungen, n. 6/2004, pp. 306-312.
- Leogrande A., **Uomini e caporali**, Mondadori, Milano, 2008.
- Martin J.P., **Temporary Labour Migration: An Illusory Promise?**, "International Migration Outlook", 2008 Edition, pp. 18-20.
- Murgia M., **Il mondo deve sapere. Romanzo tragicomico di una telefonista precaria**, ISBN, Milano, 2006.
- Nove A., **Mi chiamo Roberta, ho 40 anni, guadagno 250 euro al mese...**, Einaudi, Torino, 2006.
- Palmade J. (Org.), **L'incertitude comme norme. Identités et parcours professionnels**, Puf, Paris, 2003.

- Rovelli M., **Lavorare uccide**, BUR, Milano, 2008.
- _____, **Servi. Il paese dei clandestini al lavoro**, Feltrinelli, Milano, 2009.
- Sassen S., **A Sociology of Globalization**, Norton&Company, New York, 2007.
- Simon Head, **The New Ruthless Economy: Work and Power in the Digital Age**, Oxford University Press, New York, 2003.
- SIREN, **The Abandoned Worker. Socio-economic Change and the Attraction of Right-Wing Populism**, Cologne and Vienna, 2003, pp. 1-62.
- Traoré A., **L'Afrique humiliée**, Fayard, Paris, 2008.
- Zucca G. e Catania D., **Acli-Caritas, L'agenda delle famiglie italiane nell'anno della crisi**, Roma, 2010.